



## **Isso não é do meu tempo: Memória e Verdade no documentário *Uma história inacabada*, o caso Rubens Paiva<sup>1</sup>**

João Victor Barbosa de Mello<sup>2</sup>

Márcio Tavares D`Amaral<sup>3</sup>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

### **RESUMO**

O documentário *Uma história inacabada, o caso Rubens Paiva*, que conta o desaparecimento de um preso político na Ditadura Militar no Brasil (1964-1979), é apresentado como dispositivo de discursos presentes em relatos de familiares e amigos, na repórter Miriam Leitão, que assina a reportagem com o cinegrafista Cláudio Renato, e nas falas polarizadas da Secretária de Direitos Humanos Maria do Rosário e do general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva. A subjetividade dos relatos é analisada como resultado de efeitos de poder para a construção de uma ou da verdade para a Comissão Nacional da Verdade.

**PALAVRAS-CHAVE:** verdade; subjetividade; memória; Ditadura

“Mas isso aí aconteceu há muito tempo, há 41 anos. O senhor quantos anos tem?”  
(UMA HISTÓRIA, 2012)

Há 41 anos, Rubens Paiva, então deputado federal cassado pelo Regime Militar, foi preso e desapareceu no DOI-CODI carioca. Há 43 anos, nasceu Otávio Neto, a quem a jornalista Miriam Leitão fez a pergunta acima, na reportagem especial *Uma história inacabada, o caso Rubens Paiva*, desde março deste ano em exibição pelo canal de TV paga Globo News. Otávio é promotor da Justiça Militar e reabriu o caso Rubens Paiva, alegando que não há na ditadura até 1979. Segundo o promotor Otávio, como não há corpo, o caso deve ser entendido como um sequestro ainda sem solução.

Rubens Paiva é apenas um entre tantos outros casos não esclarecidos durante a Ditadura Militar que a Comissão Nacional da Verdade pretende investigar para encontrar a verdade pelas vias da chancela oficial, através de relatos e documentos. A reportagem, a partir de uma dessas “verdades”, discute a implantação da Comissão.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Intercom Jr. do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da ECO-UFRJ, email: [jv\\_mello@hotmail.com](mailto:jv_mello@hotmail.com)

<sup>3</sup> Orientador do trabalho. Professor do Curso de Comunicação Social da ECO-UFRJ.



Michel Foucault, ao apresentar as características da “economia política” da verdade em nossa sociedade, aponta que a verdade é “objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo” (FOUCAULT, 1979, 13), e vai além, ao afirmar que a verdade acontece “sob controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação)” (FOUCAULT, 1979, 13).

Entretanto, a verdade segundo Foucault, essencialmente produzida na forma de discurso científico, em *Uma história inacabada* passa também pela produção do discurso midiático. Os relatos inéditos, novas vozes na construção do discurso e o vasculhar desse passado que se projeta no presente propõem uma reconfiguração do papel social do repórter, que, aqui, caminha ensaiando passos dentro do discurso científico do historiador. Pierre Nora, pesquisador do campo da história do presente, defende que “se em algum lugar pulsa o coração da história contemporânea, não é no silêncio dos arquivos, mas no burburinho da sala de redação ou de uma conferência de imprensa” (NORA apud MOTTA, 2004, p. 24).

No mesmo campo, o da história do tempo presente, Daniel Aarão Reis distingue o trabalho do jornalista e do historiador. Segundo Reis, o historiador busca coerência e sentido no “magma confuso da torrente de informações escritas e audiovisuais que, muito interessadamente, acoçam as sociedades contemporâneas (...)” (REIS, 2004, p. 1), enquanto o jornalista está “desbastando do aparente caos de confusas árvores dos mais diferentes tamanhos e cores (...)” (REIS, 2004, p. 2). Entretanto, ainda que, ocupando lugares de legitimação diversos, no documentário, história e reportagem dialogam não em uma relação formal, mas organizada por forças de poder.

Robert Darnton, jornalista por formação que se tornou historiador especialista em Revolução Francesa, narra seu drama de caminhar no limiar entre a história e o jornalismo em *O beijo de Lamourrete*. Logo na introdução, Darnton conta sobre quando foi convidado a escrever um artigo para o New York Times sobre a Revolução Francesa para a comemoração de seu bicentenário. Era uma situação que o permitiria circular entre o discurso científico e o discurso jornalístico. “A Revolução Francesa como matéria? Conseguiria cobri-la? Conseguiria pegar o caso?” (DARNTON, 1990, p. 15)

Para Darnton, a adaptação de seu conhecimento sobre a Revolução Francesa, um fato no passado, para figurar aos lados dos acontecimentos do presente seria uma questão de “convenções narrativas e tradições jornalísticas que funcionam como uma



maneira de dar uma forma ao amontoado confuso e ruidoso dos fatos do dia.” (DARNTON, 1990, p. 15) A questão, para Foucault, entretanto, é exterior ao texto.

Qual “verdade” sobre a Revolução o historiador estava disposto a abordar em seu artigo para o New York Times? O discurso científico, assim como os demais, está dentro do “feixe de relações” (FOUCAULT, 1979, p. 248) que Foucault entende como poder. O que está em jogo não são os modos como o historiador no discurso científico ou o jornalista no discurso midiático produzem as narrativas, mas na forma em que esses discursos se agrupam e se organizam.

O dispositivo segundo Foucault, um mecanismo organizador das relações de poder com “uma função estratégica dominante” (FOUCAULT, 1979, p. 244), está centrado sobre um acontecimento: a criação da Comissão Nacional da Verdade pelo Estado brasileiro para investigar o passado de presos políticos. Assim, os depoimentos ouvidos por Miriam Leitão, a edição de imagens do passado e do presente e as passagens em off gravadas pela repórter podem ser compreendidas como uma profusão de forças organizadas a partir de um dispositivo para fortalecer a opinião pública a respeito de sua opinião sobre a Comissão da Verdade.

O caso do deputado Rubens Paiva funciona como metonímia para o novo, o acontecimento. O particular é o mote para a temática principal, a instalação da Comissão da Verdade. “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.” (FOUCAULT, 1996, p. 26)

O documentário convida à reflexão sobre os usos e o valor do passado no presente. “Hoje a maioria dos brasileiros tem menos de 40 anos. Mais precisamente, 68% da população brasileira não tinha nascido quando tudo isso aconteceu.” (UMA HISTÓRIA, 2012) A repórter situa o presente e propõe o problema à audiência. E volta a lembrar sobre a situação do promotor militar Otávio Branco: “Neto e filho de militares, Otavio Branco é de uma geração que poderia dizer: Isso não é do meu tempo”. (UMA HISTÓRIA, 2012)

Miriam Leitão constrói a justificativa para a reportagem no sentido de que é necessário retomar o passado em função do acontecimento da instalação da Comissão da Verdade. “Otavio Branco trabalha convencido que o país e as forças armadas precisam olhar seu passado.” (UMA HISTÓRIA, 2012) A verdade sobre o presente dependente desse passado em aberto.

Os depoimentos da família do desaparecido são atualizados, se adaptando a linguagem jornalística, preocupada com o acontecimento, nas falas da Secretária de



Direitos Humanos Maria do Rosário e do general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva. Nenhum dos dois vai relatar suas experiências durante o Regime Militar. Maria do Rosário e o general Paiva são linhas de conexão com o presente que conduzem o documentário. No entanto, é preciso não perder de vista que é o dispositivo discursivo que deve orientar a análise e a compreensão dos depoimentos.

O problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros. (FOUCAULT, 1979, p. 5)

Os relatos, a partir da concepção do sujeito foucaultiano, agem, no dispositivo do documentário, em função de relações de poder. Não se trata dos personagens envolvidos, mas do que se quer dizer, dos discursos que se tensionam. A lógica do esquecimento, defendida pelo oficial da reserva no documentário, dá lugar para a lógica da lembrança, encontrada principalmente nas falas de Maria do Rosário. “(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (FOUCAULT, 1979, p. 10).

A pesquisadora Beatriz Sarlo, ao criticar o que ela chama de “tom subjetivo que marcou a pós-modernidade” (SARLO, 2007, p. 39), deflagra o ressuscitar do sujeito, uma falsa nova subjetividade, que segundo ela, foi perdida na modernidade. A análise da subjetividade nos discursos no documentário *Uma história inacabada* leva ao esvaziamento do próprio sujeito, que perde sua subjetividade para ser agente das relações de poder exteriores ao seu discurso, como entende Michel Foucault.

É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo dos acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história. (FOUCAULT, 1979, p. 7)

A presença da experiência, no depoimento dos filhos e contemporâneos de Rubens Paiva, que segundo Sarlo não pode se descolar do relato, também não consegue dar forma a um sujeito. O discurso é construído a partir de elementos exteriores ao



relato, e por isso, não é capaz de “dar unidade ao eu ou valor de verdade ao empírico (que sempre permanece fora)”. (SARLO, 2007, p. 52) O valor da verdade não está, portanto, na subjetividade dos depoimentos, mas no paralelo entre a memória individual da família e a memória coletiva do país. “Não é o sujeito que se restaura a si mesmo no testemunho do campo, mas é uma dimensão coletiva que, por oposição e imperativo moral, se desprende do que o testemunho transmite.” (SARLO, 2007, 36)

Os relatos de Eliane, filha de Rubens Paiva presa à época, com 14 anos, e Eunice Paiva, a esposa do ex-deputado também presa durante o Regime Militar, deixam claro esse falso sujeito, inserido na construção coletiva da verdade. Apesar de o relato de Eliane, particularmente marcado pelo ineditismo, e o de Eunice, pela esperança de que seu marido ainda estivesse vivo (o relato é extraído de imagens de 1980), o novo discursivo não está neles.

A quebra do silêncio de Eliane e Eunice Paiva representa a quebra do silêncio sobre todos os demais casos da Ditadura. “A Ditadura Militar acabou há 27 anos atrás e o Brasil ainda não tem resposta para uma pergunta simples: O que aconteceu com os desaparecidos políticos?” (UMA HISTÓRIA, 2012)

Em pesquisa com sobreviventes de campos de concentração nazistas, Michael Pollak fala sobre o processo de esquecimento de posterior lembrança dos judeus aprisionados durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo Pollak, o esquecimento não é efetivo, porque as famílias transmitem “cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas”. (POLLAK, 1989, p. 3).

Michel Foucault usa o mesmo plano, o das micro-relações, para entender o poder. Em sua concepção, o poder não atua sobre os indivíduos em um esquema simples de dominados e dominadores, ou minoritários e englobantes como classifica Pollak. Os indivíduos “nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão”. (FOUCAULT, 1979, p. 183) O poder, portanto, nas relações entre os indivíduos, vai agir nesse mecanismo de memória e esquecimento que marcam o relato.

Os depoimentos dos filhos de Rubens Paiva são marcados pela memória viva do pai, mas desencontrada. Vera Paiva conta que somente após 10 anos da prisão e do desaparecimento de Rubens Paiva, é que ela decide que ele havia morrido, mandando rezar uma missa em sua memória. Mas cada familiar escolheu um momento diferente para a morte de Rubens. “A minha mãe não estava aceitando ainda. Era como se



houvesse um pacto de silêncio para não comentar o sofrimento porque era um luto insuspenso, travado na garganta.” (UMA HISTÓRIA, 2012) Os filhos de desaparecidos, segundo Sarlo, “(...) sentem que o relato sempre fica incompleto e que devem continuar a construí-lo”. (SARLO, 2007, p. 53)

O pacto de silêncio, agora, está totalmente quebrado. “Quem sobreviveu conta”, diz Miriam Leitão. Uma verdade histórica abre espaço entre memórias e relatos. O documentário, que não foi o primeiro a inaugurar o debate da opinião pública sobre a Comissão da Verdade, ganhou repercussão com a publicação de alguns depoimentos em matérias na edição de 2 de março de 2012 do jornal O Globo.

Os discursos dos minoritários, como afirma Michael Pollak, começam a romper o silêncio, depois de mais de 30 anos do fim do Regime Militar no Brasil, o que é rechaçado a todo instante pela fala do general Luiz Eduardo Rocha Paiva: “(...) não há mais cisão nenhuma que tenha ficado do Regime Militar. Inclusive, porque as Forças Armadas são uma das instituições da mais alta credibilidade no país”. (UMA HISTÓRIA, 2012)

(...) os dominantes frequentemente são levados a reconhecer, demasiado tarde e com pesar, que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contraviolência. (POLLAK, 1989, p. 7)

Orientando-se pela precaução metodológica foucaultiana na compreensão de dominados e dominadores (FOUCAULT, 1979, p. 182), pode-se entender que o deslocamento da mídia no sentido de produzir de um discurso de “verdade” vai ao encontro da fala da Secretária de Direitos Humanos. A repórter, que trafega entre jornalismo e história, marca sua posição decidindo criar sentido para as ausências nos relatos, como faz o historiador, segundo Beatriz Sarlo.

De fato, tanto a atribuição de um sentido único à história como a acumulação de detalhes produzem um modo realista-romântico em que o sujeito que narra atribui sentidos a todo detalhe pelo próprio fato de que ele o incluiu em seu relato; e, em contrapartida, não se crê obrigado a atribuir sentidos nem explicar as ausências, como acontece no caso da história. (SARLO, 2007, p. 53)



Os relatos são tecidos a partir de uma relação de força que compromete o sujeito. “(...) creio que seria preciso estudar os corpos periféricos e múltiplos, os corpos constituídos como sujeitos pelos efeitos do poder” (FOUCAULT, 1979, p. 183) O lugar da subjetividade no relato é desapropriado pelos mecanismos de poder, que, por sua vez, criam efeitos de verdade no discurso, “(...) que não são em si nem verdadeiros, nem falsos”. (FOUCAULT, 1979, p. 7).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourrete**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. São Paulo: Edições Graal, 1979

NORA, Pierre. Presente. In: MOTTA, Luiz Gonzaga. **Jornalismo e Configuração Narrativa da História do Presente**. Revista Eletrônica E-compós, dez. 2004. Disponível em: <<http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/8/9>>. Acesso em 27 de abril de 2012.

O GLOBO. Rio de Janeiro: Infoglobo Comunicações e Participações, n. 28.693, 2 mar. 2012.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <[http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)>. Acesso em 23 de abril de 2012.

REIS, Daniel Aarão. Apresentação. **Revista Tempo**, Niterói, vol. 8, n. 16, 2004. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg16-1.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg16-1.pdf)>. Acesso em 23 de abril de 2012.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007

UMA HISTÓRIA inacabada, o caso Rubens Paiva. Reportagem de Míriam Leitão e Cláudio Renato. Rio de Janeiro: Globo News, 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2012/03/02/uma-historia-inacabada-caso-rubens-paiva-434352.asp>>. Acesso em 20 de abril de 2012.